

De olho nas contas do governo

Otavio Magalhães / AE 30.10.98

O sociólogo Álvaro Comin, pesquisador do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebrap/SP), analisa que a volta do ceticismo dos investidores está ligada ao estilo de governar do presidente Fernando Henrique Cardoso. "FHC deseja sempre estar bem com todo mundo, o que é impossível. Ele formou uma aliança imensa, unindo o PSDB ao PPB, que não ruiu no ano passado por causa do segundo mandato", afirma. "Como o presidente continuou não dando as diretrizes do governo depois da reeleição, a base quase quebrou. Foi antecipada em três anos a disputa pela sua sucessão, que ocorrerá em 2002".

Até há pouco tempo Paulo Leme, diretor do Banco Goldman & Sachs, estava otimista com relação os caminhos da economia brasileira, especialmente depois da nomeação de Armínio Fraga para a do BC. Mas ele mudou de opinião, pois ficou cético quanto às perspectivas de equilíbrio das contas públicas. "Cinco meses se passaram e houve poucos avanços que trouxessem mudanças essenciais à saúde fiscal do país. É hora de tirar o esparadrapo e fazer uma cirurgia profunda."

Para o próximo ano, ele não acredita que o governo conseguirá poupar 3,25% do PIB, como prometeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (*veja quadro*). Na sua opinião, o valor não passará de 2,8% do



Paulo Leme: "Em cinco meses houve poucos avanços e mudanças essenciais na saúde fiscal do país"

PIB. Ele dá os motivos: em dezembro, o governo não deverá contar mais com o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que manobra 20% das verbas destinadas a estados e municípios. Além disso, o Tesouro acabará pagando pelas renegociações das dívidas contraídas por prefeitos e governadores, como é o caso do município de São Paulo.

CÂMBIO

Paulo Leme calcula que todas essas concessões poderão gerar despesas de 0,7% do PIB, ou R\$ 6,3 bilhões. No próximo ano,

segundo ele, o aumento dos gastos públicos tende a elevar a pressão sobre o câmbio, que deverá saltar de R\$ 1,90, em dezembro, para R\$ 2,10 no final do ano 2000.

Com o dólar elevado, a inflação e os juros não devem cair e pode até subir. O custo de vida, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisa da Universidade de São Paulo (IPC-Fipe/USP), deverá pular de 6% neste ano para 7% em 2000. Os juros anuais, definidos pelo BC, chegarão em dezembro a 19%. As

incertezas fiscais do país, contudo, acabarão levando a taxa para 20% no final do próximo ano.

O diretor da Goldman & Sachs defende que ainda neste ano o governo precisará baixar novas medidas fiscais para cumprir o acordo com o FMI. "A solução vem de uma reforma da Previdência Social mais profunda. O déficit do setor é de R\$ 50 bilhões ao ano e precisa diminuir". Leme defende uma privatização, ao menos parcial, do sistema. "É preciso também cortar despesas, demitindo funcionários públicos".